

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

INSS. Cobrança indevida. Inexistência de vínculo empregatício. Prestadores de serviço de UERJ. Apelação cível 1997.51.01.101346-9.

Relator Juiz Federal Convocado José Antonio Lisboa Neiva 403

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Acidente de trabalho. Transporte Rodoviário. Fato de terceiro. Exclusão da responsabilidade da Empresa Estadual de Viação. Recurso Ordinário 00842-2006-035-01-00-3.

Relator Desembargador Federal do Trabalho Alexandre Agra Belmonte 409

Ação Civil Pública. Segurança e saúde dos trabalhadores. Reserva do possível. Agravo regimental 01327-2008-000-01-00-9.

Relatora Desembargadora Federal do Trabalho Miriam Lippi Pacheco 412

ESTADO EM JUÍZO

Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Uniões homoafetivas. Direito à igualdade. Princípios da dignidade da pessoa humana e da segurança jurídica.

Lucia Léa Guimarães Tavares 417

Ação civil pública. Acidente ambiental no Rio Pirapetinga.

Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, André Cantanhede Amélio, Camila Pezzino Balaniuc Dantas, Fabiano Pinto Magalhães, Nicola Tutungi Júnior 435

Ação de nulidade de ato administrativo. Contestação. Tombamento.

Fabio Santos Macedo 458

Impugnação de execução de sentença (CPC, art. 475-J, § 1º): não incidência de taxa judiciária.

Carlos Callage 480

ASSUNTOS GERAIS

Discurso da Procuradora-Geral do Estado na Posse dos Servidores Aprovados no 1º Concurso para o Quadro Permanente do Pessoal de Apoio 485

Índice 486

APRESENTAÇÃO

O volume 64 da Revista de Direito é o terceiro publicado durante o Governo Sérgio Cabral. Esperamos poder publicar outro volume no ano de 2010, encerrando a prestação de contas relativa a esses quatro anos, durante os quais tivemos muitas vitórias e conquistas para a Procuradoria Geral do Estado.

Todas as licitações para as obras de reforma do imóvel da situado na Rua do Carmo, nº 27 (no qual será instalada a futura sede da Procuradoria) foram realizadas nesse ano, sem nenhum incidente. Assim, a obra foi licitada, com projeto executivo pronto e a obra está começando. Até o mês de dezembro de 2010 deverá estar pronta e entregue e grande parte do esforço, neste período, será licitar e comprar o mobiliário e contratar todos os serviços necessários para a instalação adequada da instituição na sua nova sede.

Os Procuradores que trabalham na administração da Procuradoria têm sido incansáveis para que possamos chegar ao final do ano de 2010 com a sede pronta.

A Procuradoria em Brasília já está, desde agosto, funcionando com excelentes instalações, no novo espaço, vizinho aos Tribunais Superiores. Cabo Frio também já funciona em imóvel próprio. A Regional de Campos será ampliada e reformada, uma vez que já ocupa imóvel do Estado do Rio. No ano de 2010, pensamos que será possível finalizar as aquisições das sedes de Itaperuna, Volta Redonda, Petrópolis e Barra do Piraí. Com essas aquisições, acrescidas às que foram feitas no ano passado, cremos que cumprimos nosso compromisso de dotar as sedes das Regionais e Brasília de ambiente de trabalho compatível com as necessidades de todo o corpo funcional. A advocacia pública no interior aumenta, dia a dia, de volume e de responsabilidade, sendo impossível o funcionamento das procuradorias do interior em imóveis inadequados.

O 16º Concurso para Procurador do Estado já se iniciou e esperamos dar posse aos novos colegas em meados de 2010. Assim, mantemos o objetivo de renovação permanente, tão importante para manter a Procuradoria moderna e inovadora.

A grande vitória do ano de 2009 foi a realização do concurso para os servidores do quadro de apoio. No mês de julho demos posse ao primeiro grupo de concursados e o segundo semestre foi dedicado a dar posse a mais um grupo e procurar integrá-los ao trabalho da Casa. Foram nomeados 153 servidores. A decisão de fazer o concurso – que transcorreu sem incidentes – foi muito importante para o trabalho de modernização e gestão no qual estamos empenhados.

* * *

O Centro de Estudos Jurídicos organizou o seminário “Direitos Fundamentais, orçamento e reserva do possível, com as palestras dos Procuradores Ricardo Lobo Torres e Gustavo Amaral, e dos professores Ingo Sarlet e Luciano Timm, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Tivemos também o Ciclo de Palestras sobre Direito Estadual, uma iniciativa pioneira voltada para o estudo de temas de interesse direto do Estado e de atuação relevante da Procuradoria. O Ciclo foi aberto com a conferência do Procurador Marcos Juruena Villela Souto, sobre o “Direito Estadual de Concessões”. Abordando temas específicos, sucederam-se as apresentações dos Procuradores Leonardo Espíndola e Emerson Barbosa Maciel, sobre “Saneamento Básico”, do Procurador Paolo Henrique Spilotros, sobre “Transporte Metroviário”, do Procurador Renan Miguel Saad, sobre “Transporte Aquaviário e Ferroviário”, do Procurador Flávio Amaral Garcia, sobre “Rodovias”, do Procurador Flávio Willeman, sobre “Transporte Rodoviário”, e do Procurador Gustavo Binenbojm, sobre “Prestação de Serviço de Gás Canalizado”.

Recebemos a visita honrosa do Ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça, que proferiu conferência a respeito da “Lei de Recursos Repetitivos e a Advocacia Pública”.

Realizamos, no nosso auditório, o Congresso “O Futuro da Constituição”, com a participação de Procuradores e de estudiosos do Direito Constitucional, abordando temas como a organização do Estado brasileiro, o controle de políticas públicas, as perspectivas do Estado Democrático de Direito, o ativismo judicial, a liberdade de expressão e a constituição econômica em tempos de crise. Agradeço a participação dos Procuradores Felipe Derbli, Christiano Taveira, Rodrigo Valadão, Fernando Barbalho, Marcos Juruena Villela Souto e Luis Roberto Barroso, bem como dos professores Ana Paula de Barcellos, Rodrigo Lourenço, José Ribas Vieira, José Carlos Vasconcellos dos Reis, Daniel Sarmiento e Cláudio Pereira de Souza Neto.

Marcando a publicação da inovadora Lei Estadual de Processo Administrativo (Lei nº 5.427/2009), realizamos seminário com as palestras dos Procuradores Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, Marcos Juruena Villela Souto, Patrícia Ferreira Baptista e Cristiano Franco Martins, que participaram da elaboração do projeto, que a Procuradoria teve a iniciativa de sugerir ao Governador.

O juiz federal Jorge Maurique, Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi nosso convidado para explanar a atuação do referido Conselho e seu impacto sobre as políticas públicas na esfera do Poder Judiciário.

Em conjunto com a APERJ, promovemos um encontro para discutir o “Processo Judicial Tributário”, contando as valiosas exposições do Ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, e do professor Sergio Bermudes.

Também em conjunto com a APERJ, foi organizado o seminário acerca do “Direito Constitucional à Moradia e Legitimação de Posse”, com

as palestras do Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo, do TJ-RJ, e do Procurador Carlos Edison do Rego Monteiro Filho.

Neste ano de 2009, registro que o Centro de Estudos Jurídicos, fundado na gestão do Procurador-Geral Eduardo Seabra Fagundes, completou 25 anos, o que representa um motivo de júbilo para a Procuradoria.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2009.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado

DOCTRINA